

CONHECIMENTO E USO DE MÉTODOS CONTRACEPTIVOS PELOS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS

Gabriela Vitória Prestes Izar Leite, Pérola Liciane Baptista Cruz e Silva, e-mail:
gabvit12@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, o tema sobre natalidade sempre foi uma questão com conflitos e arcaica, sendo evidenciada a preocupação sobre os problemas de higiene sanitária, devido a maior número de população, em especial após a década de 70, e o uso de contraceptivos foi uma necessidade (Mota et al., 2024).

Um dos aspectos mais relevantes desse cenário é a discussão em torno da gravidez não intencional, que tem impactos significativos tanto para a saúde pública quanto para a qualidade de vida das pessoas envolvidas. O abandono dos métodos contraceptivos tem se tornado uma preocupação nos países de baixa e média renda, devido ao aumento de gravidezes não planejadas e suas consequências para a saúde pública (Brasil, 2022).

Segundo Brasil (2022), entre as 218 milhões de mulheres entre a classes de baixa e média renda, 49% tiveram uma gravidez não planejada. Essa é ainda uma realidade para muitas mulheres no Brasil, trazendo à tona a importância de políticas e estratégias voltadas para a saúde reprodutiva e o planejamento familiar.

Nesse contexto, é fundamental mencionar a política de saúde reprodutiva implementada pelo Ministério da Saúde em 2005, cujo objetivo principal é garantir o acesso a métodos contraceptivos eficazes, além de promover a educação sexual e reprodutiva da população. Dentre suas ações e propostas estão a ampliação dos métodos anticoncepcionais reversíveis no SUS, atividades educativas de saúde reprodutiva, ampliação do acesso a esterilização cirúrgica voluntária (laqueadura tubária e vasectomia) (Brasil, 2013).

No Brasil é um problema de saúde pública que merece atenção especial, considerando seu impacto na vida das mulheres e na sociedade como um todo. Dados epidemiológicos recentes, estima-se que cerca de 62% das mulheres tiveram pelo menos uma gestação não planejada, sendo que 54% destas relataram que não fizeram o uso de métodos contraceptivos (Wender et al., 2022).

Esta presente pesquisa tem como objetivo descrever o uso e conhecimento de estudantes do ensino superior sobre métodos contraceptivos.

2 METODOLOGIA

Estudo descritivo, transversal, de delineamento quantitativo.

O estudo foi realizado no município de Jahu, interior do estado de São Paulo, que contava com cerca de 133.000 habitantes (IBGE 2022) e 05 instituições de Curso superior entre presenciais e polos de cursos EAD.

A população convidada a participar foi composta por indivíduos do sexo feminino, maiores de dezoito anos matriculados em um curso de nível superior. Essas mulheres foram convidadas a participar por meio de redes sociais e grupos de mensagens de texto. Em caso de recusa, não houve nenhum tipo de prejuízo à estudante.

Os critérios de inclusão tratou-se de estudantes maiores de 18 anos, que se autodeclararam matriculadas em curso de graduação das instituições presentes no referido município. A amostra foi por conveniência, segundo disponibilidade e desejo da participante. Foram considerados como critérios de exclusão possuir idade inferior a dezoito anos ou não realizar o preenchimento do questionário dentro do prazo estabelecido para coleta de dados.

A coleta foi realizada através do questionário estruturado, onde constavam informações socioeconômicas da participante, hábitos de vida, comportamentos e histórico gestacional. Foram ainda incluídas questões sobre o uso atual e progresso de método contraceptivo e a respeito do conhecimento de outras alternativas para o planejamento reprodutivo que constavam nas Políticas Públicas. O questionário foi disponibilizado de forma online (Google forms) e preenchido pela própria participante.

A presente pesquisa foi encaminhada ao Comitê de Ética por meio da Plataforma Brasil e iniciada apenas após aprovação. Aos participantes, previamente à aplicação do questionário, foi apresentado o Termo de Conhecimento Livre e Esclarecido (TCLE), sendo a descrição dos procedimentos de pesquisa e concordância realizada de forma digital por meio de concordância no termo (Google forms). O presente estudo respeitou todos os aspectos éticos que tratam pesquisas com seres humanos descritos na Resolução 510/2016, regulamentada pelo Conselho Nacional de Saúde (Brasil, 2012).

Após coleta dos dados, foram tabulados e armazenados no software Microsoft Office Excel (2010).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A coleta de dados foi realizada entre 17/06/2024 à 18/07/2024. Ao todo, 53 respostas foram recebidas e analisadas (Tabela 1).

Quanto ao conhecimento sobre a Política Nacional de Saúde sexual e reprodutiva, 29 mulheres não conhecem, e nunca ouviram falar a respeito (54,7%), 16 mulheres já ouviram falar a respeito, apenas o nome (30,2%), e 8 mulheres já ouviram falar, e conhecem o conteúdo (15,1%).

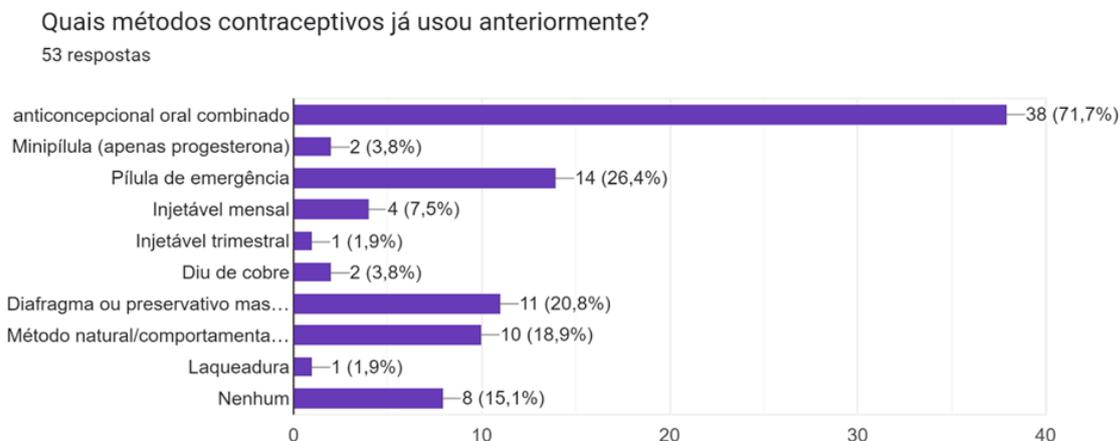
Tabela 1. Dados sociodemográficos das participantes, Jaú, 2024

Variável Idade	Nº	%
18 a 24 anos	40	75,5
25 a 39 anos	9	17
40 ou mais	4	7,5
Classificação Socioeconômica	Nº	%
Até 1 salário mínimo	25	47,2
1 a 2 salários mínimos	13	24,5
2 a 3 salários mínimos	9	17
Acima de 4 salários mínimos	6	11,3
Gestação pregressas	Nº	%
Sem gestação anterior	49	92,5
1 gestação anterior	3	5,7
2 ou mais gestações anteriores	1	1,9
OBS: todas as participantes referem que tiveram gestações não planejadas		
Expectativa de filhos	Nº	%
1 filho	11	20,8
2 a 3 filhos	27	50,9
Número indeterminado de filhos	3	5,7
Estado civil/relações	Nº	%
Casadas/união estável	10	18,9
Parceiro sexual fixo	26	49,1
Parceiro sexual não fixo	6	11,3
Não possuem atividade sexual	11	20,8

Fonte: Elaborada pela autora.

Quando questionadas sobre o uso atual de contraceptivo, 34 participantes (64,2%) afirmam que fazem o uso (Figura 1).

Figura 1 – Métodos contraceptivos utilizados anteriormente pelas participantes, Jaú, 2024.



Fonte: Elaborada pela autora.

Segundo o estudo, os métodos contraceptivos mais utilizados foram o anticoncepcional oral combinado, pílula de emergência e, diafragma/preservativo masculino. No mesmo contexto, um estudo realizado por Souza et al. (2020) em uma universidade brasileira indicou que a pílula anticoncepcional era o método mais utilizado, seguido pelo preservativo masculino, alinhando-se com nossos achados (Souza et al., 2020).

De acordo com a pesquisa 12 mulheres não planejam ter filhos (22,6%), estas atualmente tem aderido a laqueadura (método de esterilização). Em 2 de setembro de 2022, a Lei nº 14.443 trouxe alterações significativas nas normas relacionadas à esterilização cirúrgica. A idade mínima para a realização do procedimento foi reduzida de 25 para 21 anos. Além disso, agora é permitido realizar a esterilização durante o parto, desde que sejam atendidas as condições médicas e que haja um intervalo de 60 dias entre a manifestação da vontade e o momento do parto. A nova legislação também eliminou a necessidade de consentimento expresso do cônjuge (Brasil, 2022).

É importante destacar que a crescente procura pela laqueadura tubária influencia diretamente as taxas de natalidade. Enquanto as taxas de esterilização estão aumentando, as de natalidade apresentam uma tendência de queda. Com as novas regulamentações, espera-se um aumento no número de mulheres que escolherão a

esterilização, o que poderá resultar em mudanças demográficas significativas no país (Paula et al., 2023).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados desse estudo mostraram que, apesar da maioria das participantes conhecer e utilizar algum método contraceptivo, uma parte significativa ainda desconhece as políticas públicas voltadas à saúde sexual e reprodutiva, como a Política Nacional de Saúde Sexual e Reprodutiva. Além disso, a alta taxa de gestações não planejadas entre as participantes, mesmo com o acesso a contraceptivos, reforça a urgência de uma educação sexual mais completa e acessível, assim como a necessidade de melhorar a oferta de serviços de planejamento familiar.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº14.443, de 2 de setembro de 2022.** Determinar prazo para oferecimento de métodos e técnicas contraceptivas e disciplinar condições para esterilização no âmbito do planejamento familiar.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Relatório para a sociedade.** Brasília, 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde sexual e saúde reprodutiva.** Brasília, 2013. Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde. Disponível em: <https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_sexual_saude_reprodutiva.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2024.

MOTA, Bárbara Ribeiro da et al. **Conhecimentos acerca dos métodos contraceptivos hormonais entre acadêmicas de enfermagem.** Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, São Paulo, v.10, n.04.abr. 2024.

NILSON, Tainá Vieira et al. **Gravidez não planejada no Brasil: estudo nacional em oito hospitais universitários.** Revista de Saúde Pública. Brasília, 2023;57:35.

NUNES, Ginete Cavalcante et al. Vista da Pesquisa Científica: conceitos básicos. Id on Line Revista Multidisciplinar e de Psicologia, ano 10, n.29, p. 144-151, fev/2016.

PAULA, Ana Carolina de Souza. **Nova Lei sobre laqueadura tubária no Brasil e seus impactos sociais: uma revisão de literatura.** Research, Society and Development, v. 12, n.6, e12112642132, 2023.

WENDER, Maria Celeste Osório et al. **Influência da utilização de métodos contraceptivos sobre as taxas de gestação não planejada em mulheres brasileiras.** Femina.2022;50(3), p.134-141.